



O CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES E PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE O PROCESSO TRANSEXUALIZADOR

Descritores: *Pessoas Transgênero, Transexualidade, Estudantes de Ciência da Saúde, Profissionais de Saúde, Assistência à Saúde, Atividades Educacionais.*

Autores: Nubya Sete Anzolin - Faculdade de Enfermagem (Fenf/Unicamp)

Leila Dumaresq - Faculdade de Ciências Médicas (FCM/Unicamp)

Dalvani Marques (orientadora) Faculdade de Enfermagem (Fenf/Unicamp)

INTRODUÇÃO

A população TTT's caracteriza-se como os indivíduos e/ou usuários que identificam-se como transexuais, transgêneros e /ou travestis. Esse grupo é pertencente à esfera LGBTQ+, e apresentam-se socialmente como contrários ao padrão heteronormativo vigente (homem e mulher).

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT deveria garantir o acesso aos serviços de saúde visando um acolhimento humanizado que elimine/diminua o preconceito institucional e a desigualdade, junto a consolidação dos princípios do SUS: integralidade, igualdade e equidade. Entretanto, a maioria dessa população relata que o atendimento recebido é pautado em algo ainda patológico, que a identidade gênero e a orientação sexual é vista como uma “ameaça” à natureza humana, por estar contrário ao corpo dimórfico e materializado antes do nascimento⁽¹⁻³⁾.

Nota-se que desde a formação acadêmica têm-se o déficit da não abordagem na grade curricular sobre essa população negligenciada, o que dificulta a construção de um profissional que possa desenvolver e discutir os aspectos sociais e culturais atrelados aos determinantes sociais que circundam esta comunidade, como também de estabelecer um vínculo e uma comunicação que escutem e atendam as demandas e necessidades de saúde desse grupo⁽⁴⁻⁸⁾.

Observa-se que desde a qualificação até a requalificação do estudante ao profissional de saúde, todo conhecimento construído ainda é dado por um ensino conservador e centralizado na fisiopatologia. Diferente do que é proposto, que deve ser uma formação holística centrada no ser humano e suas necessidades⁽⁴⁻⁸⁾.

A consolidação do Processo Transexualizador (PrTr) deve considerar a qualificação dos profissionais de saúde para promover a saúde desses indivíduos. Desse modo, as equipes de saúde respaldadas pelos protocolos existentes poderão gerenciar e conduzir os centros de referência e outros serviços de saúde de forma organizada, universal e igualitária, acolhendo de forma correta os indivíduos/usuários que os procurarem.

Diante desses fatores, esta pesquisa visa compreender e avaliar o conhecimento dos estudantes e profissionais da área da saúde, com a finalidade de promover aprendizado para a construção de futuros profissionais, capazes de lidar com a diversidade e pluralidades, discutir questões de gênero/sexualidade, englobar/respeitar as variações entre os indivíduos e transformando o cuidado para ser realmente humanista e holístico, não só sobre os atendimentos associados a serviços especializados como de rotina para a atenção às necessidades de saúde dessa população.⁽¹⁻⁴⁾

Os objetivos do estudo foram: avaliar o conhecimento de estudantes e profissionais da área da saúde sobre o Processo Transexualizador, implementar e avaliar um curso de curta duração sobre o Processo Transexualizador, visando garantir o acesso de qualidade e humanizado à assistência, reconhecendo as necessidades de saúde específicas da população TTT's.

MATERIAIS E MÉTODO

Este projeto de iniciação científica originou-se de pesquisas anteriormente desenvolvidas sobre a vivência da população TTT'S sobre Processo Transexualizador. Trata-se, portanto, de uma continuidade de estudo no mesmo tema, agora com foco nos profissionais de saúde e sua formação para atuarem com as especificidades desta população.

A pesquisa consistiu-se através de uma intervenção, na qual foi realizada em duas etapas: na primeira etapa, foi desenvolvido um Questionário através de um Formulário Google Forms, que foi submetido a um pré-teste para adequação de linguagem, que contou com de duas pessoas com experiência profissional na assistência à população trans e travesti, publicações e pesquisas sobre o tema ou conhecimento sobre o Processo Transexualizador, e

duas pessoas sem experiência profissional no tema. Após o pré-teste, o questionário ficou estruturado em 10 questões de múltipla escolha relacionadas ao tema.

Para a segunda etapa, que foi caracterizado como a intervenção em si, foi realizado um curso online da modalidade Workshop voltado para estudantes e profissionais da saúde, com a duração de 3h30 horas divididas em 2 dias, e que contou com a participação de colaboradores experts no tema - Processo Transexualizador. O curso abordou os mesmos conteúdos a serem investigados no questionário, que visavam saber a: transexualidade, travestilidade, políticas públicas para a população Trans e Travesti e o Processo Transexualizador.

No momento da inscrição no evento, os inscritos foram convidados a participar da pesquisa, acessando um formulário no Google forms, no qual constava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o questionário pré-evento.

Após o evento, no final do segundo dia, foi enviado via email aos participantes da pesquisa, o mesmo questionário para novamente ser respondido.

Os dados do questionário foram inseridos em planilhas de Excel e analisados estatisticamente, por meio de medidas de frequência e porcentagens.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas, parecer nº 4.793.221.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O curso online na modalidade Workshop foi transmitido via YouTube da Faculdade de Enfermagem da Unicamp, sendo às inscrições realizadas através do gerenciador de eventos da Faculdade de Ciências Médicas, No momento da inscrição, os participantes foram convidados a participar da pesquisa.

O evento foi intitulado de Workshop "Saúde da população trans: O papel do profissional de saúde", programado para dois dias 26 e 27 de agosto de 2021, à noite, com duração total de 3h30. Convém destacar, que devido a agenda da faculdade e de palestrantes, o evento a princípio planejado para julho, foi adiado para agosto.

Para o evento, se inscreveram 65 pessoas, destas 52 responderam o questionário pré-evento, entre profissionais e estudantes da área da saúde.

No primeiro dia, realizou-se em duas horas, a “Mesa redonda: Atenção à saúde à população trans: entre o ideal e o real”, com a participação de três palestrantes, experts no

tema. No YouTube, o evento teve 203 visualizações. No registro da presença para os inscritos, foram 43 presentes.

No segundo dia, ocorreu em 1h30, a “Roda de Conversa: Acesso à Saúde da população trans”, com a participação de dois palestrantes, também experts no tema. No YouTube, foram 107 visualizações. No registro da presença para os inscritos, foram 33 presentes.

Após a finalização do evento, na mesma noite, foi enviado o questionário novamente para ser respondido pelos participantes da pesquisa. Retornaram 26 respostas.

Sobre os participantes da pesquisa, estavam na faixa etária entre 15 a 60 anos. Na escolaridade predominou o ensino superior incompleto (48%), seguido por ensino superior completo (34%). A maioria era de estudantes de Graduação de Enfermagem.

Ao compararmos às respostas do questionário antes e após o evento, nota-se que os participantes se apropriaram de conceitos e pontos-chaves do Processo Transsexualizador. Destaca-se a apropriação das idades definidas pela resolução do CFM no. 2265/2019⁽⁹⁾ e pela Política Nacional LGBT do Ministério da Saúde⁽¹⁾; os profissionais de saúde que podem atuar nas equipes especializadas de atenção às pessoas trans e travestis; ou mesmo, as práticas que poderão ser desenvolvidas, para além da hormonioterapia ou das cirurgias de afirmação de gênero.

O evento foi bem avaliado pelos participantes, que enfatizaram a relevância e a importância de espaços de discussão, escuta, acolhimento e cuidado para a população trans e travesti.

Portanto, esta estratégia é viável para contribuir para a melhora no acesso à atenção à saúde da população trans, contribuindo para a formação e a capacitação nas instituições, acadêmicas e de saúde. Infelizmente, pouco é abordado sobre o tema e as demandas da população trans e travestis, predominando ainda o sistema cisnormativo e a binaridade dos corpos, ou seja, a existência de apenas o masculino e feminino na identidade de gênero, e do sexo biológico dado ao nascimento através das características anatofisiológicas vistas naquele momento, o que impede e viola aquilo que existe e flui entre os dois gêneros.

CONCLUSÕES

Podemos concluir que a estratégia de evento online corrobora para a ampliação e divulgação de temas negligenciados nos cursos da área da saúde, seja no nível técnico ou nas graduações, ou mesmo nas instituições de saúde. O conhecimento de estudantes e profissionais de saúde sobre as necessidades de saúde da população trans e travestis, possibilita a garantia ao acesso à assistência, com qualidade e humanizada, reconhecendo as vulnerabilidades dessa população.

REFERÊNCIAS

- 1) Brasil. Ministério da Saúde. Transexualidade e travestilidade na saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
- 2) Almeida JS, Martins ER, Costa CM, Moraes PC, Ferreira GD, Spindola T. Cuidar de pessoas transexuais na ótica dos residentes de enfermagem. Rev. enferm. UERJ. 2018; 26 (e32030): 1-6. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/32030/26532>
- 3) Sousa PJ, Abrão FM, Costa AM, Ferreira LO. (Abril de 2020). *Humanização no acolhimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na atenção básica: reflexões bioéticas para enfermagem*. Rev enferm UFPE on line. 2011.; 5(4):1064-071. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/6755/6002>
- 4) García-Acosta JM, Castro-Peraza ME, Arias Rodriguez Á, Perez-Cánovas ML, Sosa-Alvarez MI, Llabrés-Solé R et al.(Abril de 2020). *Impact of a Formative Program on Transgender Healthcare for Nursing Students and Health Professionals. Quasi-Experimental Intervention Study*. Int J Environ Res Public Health. 2019; 16(17), 3205. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph16173205>
- 5) Santos AB, Shimizu HE, Merchan-Hamann E. (Abril de 2020). *Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito*. Ciênc. saúde coletiva. 2014; 19(11): 4545-54. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csc/2014.v19n11/4545-4554/>
- 6) Safer JD, Coleman E, Feldman J, Garofalo R, Hembree W, Radix A, Sevelius J. (Abril de 2020). *Barriers to healthcare for transgender individuals*. Curr Opin Endocrinol Diabetes Obes. 2016; 23(2): 168-71. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26910276>
- 7) Talan AJ, Drake CB, Glick JL, Claiborn CS, Seal D. (Abril de 2020). *Sexual and Gender Minority Health Curricula and Institutional Support Services at U.S. Schools of Public Health*. J Homosex. 2017, 64(10): 1350-1367. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00918369.2017.1321365>
- 8) Ruben MA, Shiphord JC, Topor D, AhnAllen CG, Sloan CA, Walton HM, et al. (Abril de 2020). *Advancing LGBT Health Care Policies and Clinical Care Within a Large Academic Health Care System: A Case Study*. J Homosex. 2017, 64(10): 1411-1431. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00918369.2017.1321386>
- 9) CFM, Conselho Federal de Medicina. *Resolução CFM nº 2265/2019*. Conselho Federal de Medicina. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-23720329>